

# *TONGOBRIGA. Do século de Augusto ao obscurantismo...*

Lino Tavares DIAS  
CITCEM

## **Resumo**

Fruto da “sementeira de ideias” que “Abril 1974” propiciou, desde 1980 desenvolveu-se no âmbito da tutela da Cultura (Ministério ou Secretaria de Estado) um projeto de investigação arqueológica que exumou a cidade romana de *Tongobriga*, no lugar de Freixo em Marco de Canaveses.

Defendido e incentivado ao longo de três décadas pelas políticas públicas de valorização do Património, este projeto tornou-se um exemplo para análise crítica de trabalho partilhado por várias especialidades, com predominância da Arqueologia, da Arquitetura e da Conservação. Tal trabalho suportou-se na busca da ruína antiga mas também na busca de caminhos inovadores e de conciliação com a moderna gestão e até com a construção *ex-novo* no sítio arqueológico. Tais esforços de “modernização inteligente” do Património devem ser uma exigência cívica.

**Palavras -chave:** Cultura; Política; Inovação; Arqueologia

## **Abstract**

Result of “sowing ideas” that the revolution of April 1974 provided, developed since 1980 a research project in archeology that exhumed the Roman city of *Tongobriga*, in the Freixo village in Marco de Canaveses, under the tutelage of the Ministry of Culture.

Defended and encouraged over three decades for public policies to enhance heritage, this project has become an example for review of work shared by multiple specialties work with predominance of Archeology, Architecture and Conservation.

Such work endured in the pursuit of ancient ruin but also in finding innovate ways and conciliation with the modern management and even new construction inside the archaeological site. Such efforts “smart modernization” of heritage should be a civic requirement.

**Keywords:** Culture; Politics; Innovation; Archeology

No programa deste encontro foi salientada a importância de “reconhecer a relevância da Revolução de Abril para a construção do conhecimento científico, o ensino avançado e a valorização social do património cultural, e foi-nos proposto visitar percursos e resultados marcantes das últimas quatro décadas de labor nos domínios da Arqueologia, História da Arte e Museologia, no Norte de Portugal”.

É com este enquadramento de reconhecimento que apresento com muito gosto o trabalho desafiante que foi desenvolvido desde 1980 num sítio a cerca de 50 quilómetros do Porto, em Freixo, Marco de Canaveses.

Aceitei com muito gosto este convite não só porque fui eu, como arqueólogo, quem coordenou o projeto ao longo de mais de trinta anos (desde início de 1980 até meados de 2013) mas também porque, de facto, tal projeto só foi viável porque tinha acontecido aquele 25 de Abril em 1974 e com ele a sementeira de ideias que desafiaram gerações

Reflico sobre um sítio cujas escavações arqueológicas, depois de feitos os indispensáveis estudos prévios durante o primeiro semestre de 1980, começaram em 20 de Agosto desse ano numa aldeia que encontrei em ruína.

Desde então instalou-se na aldeia de Freixo uma pequena equipa de investigação. Compraram-se terrenos arqueológicos. Classificaram-se 50 hectares como monumento nacional. Construiu-se um laboratório. Formaram-se operários e técnicos. Promoveu-se a empregabilidade local. Incentivou-se o intercâmbio internacional e a transdisciplinaridade.

Decorridos os anos, em 2014 podemos dizer que *Tongobriga*, assim se chamava a cidade que tem vindo a ser exumada, foi uma urbe construída na periferia atlântica do Império romano no final do século I e início do século II d. C., integrando o último alargamento geográfico e cultural da política romana, em simultâneo com o norte da Inglaterra, o norte da Hungria, a Mauritânia e o sul da Líbia, o médio oriente, a Capadócia.

Apesar de *Tongobriga* ter ocupado cerca de 50 hectares, aparentemente não deixara “marca evidente”, mas em 2014, trinta e quatro anos depois da primeira escavação, nestes 50 hectares formalmente denominados como Área Arqueológico do Freixo, registamos: Um Castro romano, uma cidade romana, uma paróquia cristã primitiva e a aldeia atual.

Um Castro “romano” foi construído em torno do ano zero em terrenos à cota 300, enquanto os anteriores estavam implantados sobre os 400 metros. Entretanto, decorridas cerca de oito décadas, o espaço de implantação deste castro foi reformulado, substituído e ampliado, dando lugar a uma Cidade romana, TONGOBRIGA, onde se salientavam o *forum*, as termas, os espaços habitacionais e as necrópoles<sup>1</sup>.

A construção desta cidade foi concentrada no final do século I, sob governo dos imperadores flavianos e também no início do século II, sob Trajano e Adriano.

A similitude das técnicas de construção da paisagem e as tipologias de arquitetura usadas noutros sítios, permite-nos dizer que esta cidade resultou da estratégia política romana de construção de várias cidades no vale do Douro, interpretando a lógica

---

<sup>1</sup> DIAS, 2013.

de administração para a região “transduriana” que Augusto tinha proposto algumas décadas antes.

Em Tongobriga registam-se usos urbanos ao longo dos séculos II, III, IV e V. Foi também referida como Paróquia em documentos do século VI, associada à cristianização do noroeste. Depois, poderá ter sido sítio modesto medieval e moderno.

A atual aldeia do Freixo ainda é habitada, embora só por dezenas de pessoas, está no interior do espaço classificado, embora só reaproveite uma pequena parte do espaço da cidade romana, reaproveitando alguns muros e pedra das edificações antigas.

Mas o que é que a revolução de Abril de 1974 tem a ver com estes resultados patrimoniais e científicos?

A esta questão respondo sem dificuldade na medida em que só podemos sintetizar estes resultados em 2014 porque em 1974 houve um 25 de abril especial e com ele surgiu a sementeira de ideias<sup>2</sup> que desafiou gerações. Foram momentos em que muitos estiveram simultaneamente empenhados, em que se construíram ilusões, mas também em que se permitiu construir futuro. Embora a sociedade portuguesa já estivesse em mudança há cerca de uma década, foi em 1974 que atingiu um ponto crítico, permitindo converter e adaptar ideias e processos mas também reinventar procedimentos e motivações que facilitaram a passagem para uma sociedade nova que quis conhecer melhor a sua identidade e reconhecer o seu passado. Estas preocupações foram muito defendidas pelas “novas” autarquias e pelas estruturas regionais que abril de 1974 motivou e desafiou.

Como arqueólogo, fui um dos que me senti desafiado. Tentarei explicar e justificar de forma sucinta esta minha convicção.

Quarenta anos depois de abril de 1974, para além das razões que motivaram o início das escavações, julgo dever salientar, em síntese, alguns dos fatores que muito contribuíram para a realidade patrimonial que foi construída a partir das ruínas arqueológicas. Assim, saliento:

- A importância da investigação ter uma gestão de proximidade e tal ser resultado das medidas de regionalização e desconcentração que existiram na administração pública ao longo dos anos, embora interrompidas algumas vezes como resultado das oscilações políticas;
- A importância da qualificação das equipas de trabalho que atuaram sobre os sítios patrimoniais, desde os operários especializados até aos investigadores. É importante que a mão de quem pensa aperte a mão de quem faz, para que a corrente passe e nos dois sentidos. É importante conciliar o saber de experiências com as experiências do saber;
- A importância qualitativa e a solidez conceptual das tutelas da Cultura e do Património;
- A importância das Autarquias e dos autarcas inteligentes;

---

<sup>2</sup> A expressão “Sementeira de Ideias” foi usada por Guilherme D’Oliveira Martins como título de um capítulo sobre o século XIX no livro *Portugal, Identidade e Diferença*, Gradiva, 2007.

- A importância da “interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade;
- A importância da ética na construção do conhecimento e também no relacionamento interpessoal com aqueles que são capazes de o construir;
- A importância da internacionalização do conhecimento e das problemáticas que a investigação promove.

As escavações iniciaram-se na aldeia do Freixo porque em finais de 1979 fui muito incentivado por Vítor de Oliveira Jorge a ir observar e prospear um sítio no Marco de Canaveses. Este Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto estava desde 1975 a implementar um intenso projeto de investigação na Serra da Aboboreira, Baião, de onde irradiava um audacioso projeto de “arqueologia espacial” suportada em registo arqueológico, como então se denominava a observação da presença do homem sobre o território. O Projeto Arqueológico da Serra da Aboboreira marcou gerações de arqueólogos e de cidadãos, tão mais marcante quanto tal acontecia num tempo em que só havia um canal de televisão a preto e branco em Portugal e em que a viagem de automóvel do Porto a Baião ou ao Marco de Canaveses podia demorar quase duas horas.

O Presidente da Câmara do Marco, bancário de profissão com atividade suspensa para ser autarca nas primeiras eleições democráticas realizadas em dezembro de 1976 e em dezembro de 1979, contactara a Delegação da Cultura do Norte, estrutura que tinha sido criada por decisão de Sá Carneiro e Vasco Pulido Valente, e que desde os primeiros momentos estava a ser dirigida por Rui Feijó. Foi este Delegado Regional de Cultura do Norte que também me desafiou a iniciar prospeção na aldeia do Freixo.

O Presidente de Câmara tinha recebido em 1979 um pedido de construção de uma fábrica têxtil para o Freixo, para um sítio onde se dizia existir enterrada uma “capela dos mouros”<sup>3</sup>.

O Autarca Amadeu Marramaque Encarnação não queria autorizar e licenciar a construção sem ter a certeza de que não haveria destruição de memória. Foi uma decisão impressionante de cidadania, não só pelo que representou na defesa inteligente e sensível do território mas também porque interpretou na plenitude o que a Constituição da República de 1976 apontava, no artigo 79º, onde é afirmado que “*O Estado tem a obrigação de preservar, defender e valorizar o património cultural do povo português*”.

Os desafios que recebi de Vítor de Oliveira Jorge e de Rui Feijó só foram possíveis porque no curso de licenciatura em História na Faculdade de Letras, no âmbito das pré-especializações então existentes no quarto e quinto anos tinha-me dedicado à Arqueologia e especialmente à denominada Arqueologia clássica. Depois de regressar em meados de 1975 do serviço militar obrigatório (em abril de 74 era oficial miliciano de artilharia em Angola), encontrei na Faculdade de Letras do Porto uma professora espantosa, rigorosa, comprometida com o conhecimento e empenhada no saber rigoroso. Manuela Delgado transmitia a sua experiência de trabalho que tivera nas

---

<sup>3</sup> VIEIRA, 1886: 496; SARMENTO, 1887: 236; VASCONCELOS, 1914: 12; VASCONCELOS, 1916: 319.

missões arqueológicas francesas em Marrocos e nas escavações de Conímbriga. Foi através da aprendizagem e dos trabalhos desenvolvidos com Manuela Delgado que conheci bem a experiência do Campo Arqueológico de Braga que então estava a começar com Francisco Alves. Do mesmo modo conheci e aprendi com Adília Alarcão e ser desafiado por Jorge de Alarcão a estudar cerâmica cinzenta fina. Foi Manuela Delgado que me abriu o acesso a materiais que o Sr. D. Domingos de Pinho Brandão, bispo auxiliar do Porto tinha recolhido durante décadas. Da mesma forma iniciara uma intensa colaboração com o Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências onde Huet Bacelar incentivava ao trabalho sobre os acervos do museu ali instalado.

Comecei a estudar os terrenos do Freixo através de cuidadosas observações cartográficas e senti, na prática, que embora nunca tivesse dado um tiro “a sério” como artilheiro no exército, foi aí que aprendi a trabalhar bem com cartografia tradicional, mas onde também aprendi a trabalhar fotografia aérea com técnicas que estavam então a despontar, tal como a estereofotogrametria e a perceção estereoscópica, assim como a estereofotografia, hoje a tão vulgar tridimensionalidade. Estes conhecimentos tornaram-se muitos úteis nos meus trabalhos em arqueologia.

Iniciamos as sondagens em Janeiro de 1980 e as escavações em Agosto do mesmo ano no sítio que a população local denominava por “capela dos mouros”. Desde então coordenei as intervenções até meados de 2013, ao longo de mais de trinta anos. Esta experiência também me permite fazer uma breve reflexão sobre as políticas públicas de defesa da memória, sinónimo de Património, que foram desenvolvidas ao longo desses anos, por distintos governos e por diversos dirigentes, por múltiplas pessoas com diversificadas formações.

Ao longo dos anos, desde 1974, uma das maiores responsabilidades na área da cultura foi a defesa do direito de autor, assim como a formalização e o reconhecimento das responsabilidades científicas nas intervenções em património. Estas preocupações ligaram-se muito com as políticas de proximidade que algumas autarquias procuraram desenvolver, assim como se articularam com as diversas tentativas de regionalização e de desconcentração que foram surgindo. Nos anos 70 e 80 defendia-se muito a intervenção regionalizada embora articulada com serviços centrais do Estado, em que então pontuava a direção de António Carlos Silva, um arqueólogo empenhado no crescimento do conhecimento em todo o País. Um exemplo da articulação regionalizada foi sentido na estação arqueológica do Freixo, em Marco de Canaveses. Na sequência dos trabalhos realizados em 1980, 81 e 82, e logo que foi comprovada e reconhecida a necessidade de um programa plurianual de intervenção, foi formalizado um protocolo entre a Presidência do IPPC e a Câmara do Marco, homologado pelo então Secretário de Estado da Cultura, Gomes de Pinho e pelo Ministro da Cultura e da Coordenação Científica, Lucas Pires. Nesse Protocolo, para além da garantia de alguns apoios, foi apontada a responsabilidade científica e a formalização plurianual da coordenação técnica dos trabalhos ao arqueólogo Lino Tavares Dias, prevendo desde logo a revalidação por períodos de dois anos, após aprovação dos respetivos relatórios em que eram apresentados os resultados científicos e patrimoniais e consequentes propostas de trabalho. Este protocolo permitiu fazer planeamento plurianual e vigorou até 1988. Nesta data a Estação Arqueológica do Freixo foi integrada no Serviço regional de arqueologia da zona norte do Instituto

Português do Património Cultural, com identidade própria assumida por planos de trabalho plurianuais.

No início da década de 90 surgiu o desafio do sítio arqueológico servir de oficina e base diária de formação certificada de assistentes de arqueólogo, assumidos como técnicos de arqueologia qualificados academicamente através de formação não só teórica mas também com diversas vertentes de campo e de laboratório. Era algo que nunca tinha acontecido em Portugal. Foi o reconhecimento concreto da importância da qualificação das equipas de trabalho em Arqueologia, para além do papel do Arqueólogo com formação universitária.

Desde 1990 passaram a existir no Freixo duas instituições: o gabinete de investigação e de gestão da estação arqueológica, sob a tutela da Cultura e a escola de arqueologia sob tutela da Educação.

Como ponto forte que induziu esta opção e decisão foi a capacidade de planeamento e de concretização de cronogramas capazes de garantir estabilidade do desempenho científico plurianual que tínhamos desenvolvido neste sítio arqueológico<sup>4</sup>, o qual viu reforçada formalmente a sua gestão como paisagem cultural moderadamente evolutiva e com objetivos muito definidos<sup>5</sup>. Tudo funcionou bem durante mais de vinte anos, até que em 2006 surgiram “novos intervenientes” ávidos de entrar nas instituições da Cultura e de controlar administrativamente todos os projetos que lhes pareciam “dar imagem”. Como se enganaram...

No caso de *Tongobriga* o plano estratégico e os projetos que o integravam eram cientificamente rentáveis porque estavam suportados em muito empenhamento “plurianual” e em ideias muito maturadas.

Mas esses “novos intervenientes” tornaram-se dirigentes em torno de 2005 e dirão sempre que assumiram o poder num período de vacas magras, contrapondo a outros denominados de vacas gordas. Esqueceram-se que a década de 80, em que tudo começou, foi uma década de vacas muito magras.

Não perceberam que as coisas surgiram fruto do empenhamento e do incentivo cívico que os tempos a seguir ao 25 de Abril de 1974 propiciaram a quem buscava o aumento de conhecimento científico através de processos inovadores suportados não só em “empreendedorismo”, mas também em redes de saberes e em modernização administrativa. Julgo que é oportuno lembrar um pouco o sistema administrativo da área do Património Cultural em Portugal desde Abril de 1974.

A responsabilidade formal sobre o “Património classificado” foi assumida pelo Estado, principalmente através da tutela da Cultura, repartida em alguns casos com as Autarquias. Sucedendo à Direção Geral do Património Cultural e perspetivando alguma modernização de gestão, foi criado em 1980 o Instituto Português do Património Cultural, designado abreviadamente por IPPC, que congregou as responsabilidades de

---

<sup>4</sup> PEREIRA, 199: 66.

<sup>5</sup> Foi preparado um planeamento de ações para o período a decorrer entre 1995 e 2000, articulando com o período do quadro comunitário de apoio. Depois de ter sido avaliado foi preparado planeamento para o período 2000-2006, apresentado publicamente através de um documento intitulado *Património Balanço e Perspetivas 2000-2006* editado pelo IPPAR.

gestão global de salvaguarda. Neste organismo dependente do Ministério da Cultura, estavam integrados os museus, as bibliotecas, os arquivos, os sítios arqueológicos e os monumentos classificados afetos ao Estado.

No entanto, prosseguindo o sistema administrativo que fora criado em 1929 e implementado nos anos 30, todas as obras em monumentos classificados continuaram depois do 25 de abril de 1974 sob responsabilidade da Direção dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), dependente do Ministério das Obras Públicas.

Para dirigirem na tutela da Cultura o Instituto do Património, denominado IPPC (Instituto Português do Património Cultural) ou IPPAR (Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico), foram sucessivamente nomeadas personalidades das áreas dos museus, da literatura, da engenharia, da arqueologia, da arquitetura, do direito, da economia e da história de arte, com inerentes diferenças de perspetiva e de atuação multidisciplinar que reconheço como globalmente enriquecedoras.

Em contrapartida, no mesmo período de tempo, para dirigirem a DGEM, na tutela das obras públicas, só foram nomeadas personalidades da área da engenharia.

Ainda nas décadas de 80 e 90 foram feitos ajustamentos administrativos na área do Património, quase sempre para autonomizar alguns sectores cujas ampliações foram justificadas pelo crescimento conceptual, alargamento institucional e crescente empenhamento dos seus Técnicos. O gigantismo conceptual e a conseqüente dimensão administrativa do IPPC dos anos 80 foi gradualmente partilhado e repartido por diferentes tutelas. Os sectores das Bibliotecas, dos Museus e dos Arquivos foram os primeiros a constituir-se autonomamente como institutos públicos. Na charneira do século XXI, também os sectores do Património Arquitetónico e Arqueológico e da Arqueologia perseguiram objetivos muito concretos suportados em institutos públicos específicos, estruturados no âmbito nacional mas com ativo desempenho descentralizado e regional.

Apesar da gradual separação das estruturas ao longo das décadas no âmbito da área da Cultura, foi sempre defendida a importância da “interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade.

Por exemplo, ao longo de mais de trinta anos o trabalho articulado, complementar e interdependente entre arqueólogos, arquitetos, antropólogos e técnicos de conservação foi um dos fatores que mais valorizou os desempenhos em *Tongobriga*.

Desde o início que este sítio arqueológico e patrimonial esteve sob gestão de arqueólogo, incidindo como prioridade na investigação mas promovendo o diálogo, a discussão e a reflexão privilegiada com distintos arquitetos, de diversas gerações, com diferentes formações, sensibilidades e capacidades. Este trabalho sistemático com a área da arquitetura contribuiu indelevelmente para o crescimento de um sítio patrimonial que em 1980 era só mais uma aldeia em abandono. Ao longo dos anos o arqueólogo pediu aos arquitetos intervenção específica em duas áreas de trabalho, incidindo uma na restituição em desenho das ruínas de *Tongobriga* e outra na execução de projetos de arquitetura para recuperação de edifícios e para construção de novas infraestruturas<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Apresentei no *congreso internacional de musealización de yacimientos y patrimonio*, realizado em Toledo em 2010, uma reflexão sobre os projetos de Arquitectura Contemporânea em sítios arqueológicos, usando o

Desde os anos 80 que começamos a sentir a necessidade de pensar na “construção” de infraestruturas que garantissem a melhoria de condições de trabalho de investigação do sítio arqueológico. Desde cedo foi defendida a ideia de que os materiais recolhidos nas escavações deveriam, sempre que possível, ser tratados, conservados e estudados *in situ*, evitando-se a dispersão de acervos que era vulgar em Portugal antes de Abril de 1974. Foi este objetivo que esteve na base do primeiro desafio feito à equipa de arquitetos sediada no Porto do então IPPC. O arqueólogo pediu ao arquiteto que projetasse para uma aldeia em ruína um edifício que fosse o centro do “trabalho de futuro” daquele sítio patrimonial. Assumi este desiderato o arquiteto Fernando Maia Pinto, autor do edifício que acolhe o laboratório. O projeto foi preparado em 1987 e de imediato foi construído em terrenos adquiridos no centro da aldeia, onde existiam barracos que serviam de arrumos agrícolas adossados a uma magnífica fachada em granito, a qual veio a confirmar-se ter sido feita com pedras retiradas das ruínas romanas. Deste “edifício” irradiou, desde então, todo o suporte à estratégia técnica e científica para o sítio e nele se suportou a irradiação do pensamento sobre a região.

A criação desta estrutura de trabalho permitiu evoluir para outros tipos de intervenção e por isso na Área Arqueológica do Freixo registamos diversificadas ações no património construído, desde a demolição à construção nova<sup>7</sup>.

Desenvolvemos também muitas outras transdisciplinaridades com distintas áreas do saber, contrariando a ideia de que há divórcio entre as Instituições da Administração e as Universidades. Neste sentido os desajustamentos que mais se sentiam eram provocados por teimosia, na medida em que se insistia em fazer gestão de Património com critérios predominantemente administrativos, desleixando-se os critérios criativos e produtivos que incluem a investigação e a inerente publicação. Reconhecemos que nos primeiros anos havia alguns desajustamentos que provocavam prejuízos evidentes na rentabilização científica do conhecimento, mas com o decorrer do tempo, tais falhas foram facilmente ultrapassadas a nível nacional e internacional.

Tradicionalmente, na gestão do Sul da Europa, as intervenções em Património ainda estão geralmente vocacionadas para abordar a investigação e a conservação de modo separado e independente, em detrimento do intercâmbio da discussão e da difusão qualificada dos resultados globais, como foi analisado em alguns sítios romanos (SARTRE-MAURIAT, 2004: 49). Julgo que o tempo ajudará a conciliar os objetivos.

Apesar da excelência do que denominamos “*cluster Património*”, ainda são deficientes as estruturas do sistema logístico que o suporta. Na gestão foram dados passos muito importantes entre 1998 e 2005 mas sem continuidade na planificação da sua gestão integrada esse *cluster* tornou-se frágil, embora muito mediático para o turismo.

Entretanto, em 2006 e 2007 foi feita uma reforma da administração pública que motivou alterações que se julgavam poder melhorar a capacidade de gestão do território. Pensava-se, então, que iriam ser favorecidas as articulações de âmbito nacional

---

exemplo de *Tongobriga*. Os textos das *atas* estão no prelo.

<sup>7</sup> DIAS, 2008: 82-91.

com a capacidade de desempenho das estruturas regionais técnica e cientificamente reconhecidas e suportadas na ação prática ao longo dos anos, ao longo de décadas, favorecendo a proximidade e inerente identidade cultural.

Mas, a experiência que tivemos em *Tongobriga* desde 2006 assemelhou-se a uma OPA hostil lançada e assumida por pessoas provenientes das obras públicas, negando todas as referências a que estávamos habituados nas tutelas da Cultura<sup>8</sup>.

Na tutela da Cultura, habituamo-nos, ao longo de mais de trinta anos, a trabalhar com poucos recursos humanos e com pouco dinheiro mas, em contrapartida, trabalhávamos com respeito pelo desempenho e pelo curriculum, pelo direito de autor, com respeito e consideração pelas pessoas, especialmente pelos colegas de trabalho. A delicadeza era apanágio da tutela da Cultura, muito especialmente defendida na Delegação e na Direção Regional de Cultura do Norte desde sempre.

No Freixo, ao longo dos anos fomos incentivados a formar um serviço a partir de uma descoberta arqueológica, desenvolvendo-o enquadrado na administração pública, alicerçado na importância do sítio e na defesa da memória milenar. Era aqui que estava o quadro de referência<sup>9</sup>.

A tutela da cultura existira ao longo dos anos para produzir cultura, promovendo a investigação de novos patrimónios, incentivando novos conhecimentos e novas produções<sup>10</sup>. Defendia-se que a tutela da cultura deveria existir para incentivar a divulgação do conhecimento. O técnico que trabalha na tutela da Cultura deveria ser incentivado a produzir e publicar, nomeadamente as suas experiências, quer fossem na área do Património, quer fossem na área da gestão ou em qualquer outra que fosse sentida de interesse transdisciplinar para a “cultura”. A publicação de experiências deveria ser prioritária e obrigatória. Investigar sítios arqueológicos para fazer crescer o património, deveria ser tarefa fundamental. A sua disponibilização qualificada ao turismo seria consequência dos estímulos do Estado e nunca uma prioridade absoluta que a tudo se sobrepõe.

Sempre defendemos que a Estação Arqueológica do Freixo não tinha como prioridade ser um “contentor cultural” onde se realizavam eventos, embora os pudesse acolher com qualidade. Em contrapartida, e prioritariamente, deveria ser um sítio onde obrigatoriamente se produzisse conhecimento através do incentivo a investigação, contribuindo para mostrar novos patrimónios. Isto deveria ser um desafio, mas também uma obrigação da tutela da Cultura.

Na medida possível tal foi feito durante muito tempo e sempre o defendemos porque entendeu-se que este desiderato estava ligado aos desafios que Abril de 1974

---

<sup>8</sup> O plano plurianual que estava aprovado e financiado a 85% através do quadro comunitário regional foi bloqueado pela então diretora regional Paula Araújo Silva. Esse plano previa a aquisição de terrenos arqueológicos, a montagem do centro interpretativo e museológico e a edição de rigoroso e amplo catálogo, o incentivo à investigação e a publicação dos resultados atualizados, além de outras ações de valorização e manutenção. A inoperância da DRCN foi total até final de 2013. A única ação realizada foi aquisição de terrenos arqueológicos cuja tarefa foi cometida e cumprida com empenhamento do eng. José Mota, na qualidade de vice-presidente do município.

<sup>9</sup> Decreto-Lei nº 13/99 de 11 de Janeiro de 1999.

<sup>10</sup> DIAS, 2003,73.

nos lançou e alicerçou na Constituição da República e na Lei de Bases do Património.

Entretanto, a ampliação de alguns conceitos, nomeadamente o de “Paisagem Cultural”, amplamente impulsionada pela UNESCO e por outros organismos internacionais, obrigou a crescentes exigências de gestão integrada. Tais exigências, aparentemente, tornaram ainda mais frágil a conciliação de interesses, de métodos, de prioridades e de cronogramas entre os defensores da Cultura e os defensores das Obras Públicas.

Ainda não decorreu o tempo suficiente para que seja possível uma avaliação global da reforma na área da Cultura, especialmente no Património, desenvolvida entre 2007 e 2013, em que alguns responsáveis de então afloraram atitudes de obscurantismo.

Os prejuízos que provocaram propositadamente foram irremediáveis e, como tal, esses atores deveriam ser penalizados pela sociedade.

Mas este não foi o único exemplo de má gestão de ideias e de processos que constatamos. Recordei um outro caso a propósito da recente viagem do Papa Francisco a Jerusalém em Junho de 2014, onde foi salientada a abertura do Parque arqueológico da cidade de Magdala, perto de Tiberíades, onde foi descoberta em 2009 a ruína de uma sinagoga do séc. I. A solução encontrada para a sua valorização intrínseca e circunstancial foi a aplicação de um plano de escavação, salvaguarda e apresentação a público. Num lugar próximo foi construída uma nova basílica ecuménica para o culto atual. Comparei com algo que se passou na Área Arqueológica do Freixo. Recordei que já no início do século XXI, em *Tongobriga*, foram descobertas as ruínas do que pode ser a mais antiga basílica da Diocese do Porto, datada do século VI. As soluções que apresentamos em 2002 foram as mesmas que agora foram concretizadas em Magdala: valorização das ruínas da primitiva basílica paleocristã e construção de nova igreja na aldeia de Freixo. Foi garantido projeto e financiamento pelo Estado, através do então IPPAR. Apesar da intervenção muito positiva do então Bispo do Porto, D. Armindo Lopes Coelho, os responsáveis locais, autárquicos e eclesiásticos, não perceberam a proposta e tal não foi viabilizada. Julgo que as ruínas paleocristãs ainda possam existir sob o soalho da igreja paroquial do Freixo, apesar das descuidadas obras que ali foram feitas.

Como em quase tudo na vida das pessoas e das sociedades, há exemplos bons e maus, que devem ser assumidos. Apesar de alguns exemplos magoarem a nossa cidadania, também podem incentivar a luta em defesa do Património, sinónimo de Memória, eventualmente relendo Alexandre Herculano.

Em síntese:

Sabemos que *Tongobriga* começou a ser construída no tempo de Augusto, há mais de 2000 anos. Sabemos que o 25 de abril de 1974 já foi há 40 anos. Sabemos que as escavações de *Tongobriga* só começaram há 34 anos. Mas também sabemos que aqueles solos encerram capacidades e informações preciosas. Queremos acreditar que o obscurantismo não vai prosperar. Os esforços de “modernização inteligente” do Património devem ser uma exigência cívica.

As novas gerações, eticamente suportadas, merecem que as desafiemos com novas sementeiras de ideias. Quero acreditar, como cidadão que, apesar de tudo, um futuro com memória nos espera.

### **Bibliografia**

BARBOSA, Luís (2002) Cultura: uma visão horizontal, *Reformar Portugal – 17 estratégias para a mudança*, Oficina do Livro, Lisboa, pp. 291-308.

DIAS, Lino Tavares (1997) *Tongobriga*, IPPAR/Ministério da Cultura, Lisboa.

DIAS, Lino Tavares (2003) Área Arqueológica do Freixo. Futuro? , *Tongobriga. Breves Reflexões*, IPPAR, Lisboa.

DIAS, Lino Tavares (2008) Gestão Integrada da Área Arqueológica do Freixo -Tongobriga: contributo para abordagem à estratégia de intervenção entre 1980 e 2010, *al-madan*, 16. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, p.82-91.

DIAS, Lino Tavares (2013) O momento e a forma de construir uma cidade no noroeste da Hispânia, periferia do Império romano e fronteira atlântica, *Revista da Faculdade de Letras-Ciências e Técnicas do Património*, XII, Porto: pp.113-126.

IPPAR (2000) *Património Balanço e Perspetivas 2000-2006*, IPPAR/Ministério da Cultura, Lisboa.

MARTINS, Guilherme D'Oliveira (2007) *Portugal, Identidade e Diferença*, Gradiva, Lisboa.

PEREIRA, Paulo coord. (1997) *Intervenções no Património 1995-2000*, IPPAR/Ministério da Cultura, Lisboa.

SARMENTO, Francisco Martins (1887) Para o Pantheon Lusitano, *Revista Lusitana*, I, Porto, p. 236.

SARTRE-MAURIAT, Annie (2004) Le monument à l'époque romaine en Méditerranée orientale : de l'histoire au mythe, *La Visite du Monument*, Paris: pp 49-60.

VASCONCELOS, Manuel (1914) Apontamentos Arqueológicos do Concelho de Marco de Canaveses, *O Archeólogo Português*, XIX, Lisboa, pp. 12-29.

VASCONCELOS, Manuel (1916) Apontamentos Arqueológicos do Concelho de Marco de Canaveses, *O Archeólogo Português*, XVI, Lisboa, pp. 319-325.

VIEIRA, José Augusto (1886) *Minho Pitoresco*, II, Lisboa, p. 496.

